

Confissão Pessoal de Fé Cristã

Uma exposição sistemática das doutrinas fundamentais da fé cristã histórica, protestante e reformada.

PREÂMBULO

Creio no único Deus vivo e verdadeiro, eternamente existente em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo, criador, sustentador e soberano Senhor de todas as coisas.

Creio que Deus se revelou por meio da criação, da providência, das Sagradas Escrituras e, de maneira suprema e definitiva, em seu Filho, Jesus Cristo.

Confesso que a salvação pertence ao Senhor, sendo concebida na eternidade pelo propósito gracioso de Deus, realizada historicamente pela pessoa e obra de Jesus Cristo e aplicada eficazmente aos eleitos pelo Espírito Santo.

Reconheço Jesus Cristo como único Senhor, Salvador, Mediador e Cabeça da Igreja, a quem pertencem toda autoridade, honra, glória e domínio.

Professo a fé cristã histórica, conforme expressa nos credos ecumênicos e desenvolvida na tradição teológica reformada, reconhecendo as Escrituras como autoridade suprema sobre toda formulação confessional.

Apresento, portanto, minha confissão pessoal de fé.

ARTIGO I — DAS SAGRADAS ESCRITURAS

Creio que as Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento constituem a Palavra escrita de Deus, inspirada pelo Espírito Santo, infalível, inerrante, autoritativa e plenamente confiável em tudo aquilo que afirmam.

Reconheço os 66 livros do cânon protestante, sendo 39 pertencentes ao Antigo Testamento e 27 ao Novo Testamento, como a revelação escrita que Deus concedeu à sua Igreja.

Creio que as Escrituras são suficientes para revelar o conhecimento necessário à salvação e para estabelecer os princípios normativos da fé, da obediência e do culto cristão.

Reconheço a necessidade da interpretação histórico-gramatical, da consideração dos gêneros literários e da leitura de cada passagem à luz do contexto e da unidade da revelação bíblica.

Confesso que o Espírito Santo, autor divino das Escrituras, ilumina os cristãos para compreenderem e receberem sua verdade.

Reconheço Jesus Cristo como o centro da revelação redentiva, para o qual convergem as promessas, os tipos e os testemunhos do Antigo Testamento e no qual se cumprem os propósitos salvíficos de Deus.

Fundamentação bíblica: Sl 19.7–11; Sl 119.105; Lc 24.27; Jo 5.39; 2Tm 3.16–17; Hb 1.1–2; 2Pe 1.20–21.

ARTIGO II — DE DEUS E DE SEUS ATRIBUTOS

Creio que existe um único Deus vivo e verdadeiro, eterno, infinito, imutável, onipotente, onisciente, onipresente, perfeitamente santo, justo, sábio, bondoso e misericordioso.

Confesso que Deus possui existência em si mesmo, não depende de sua criação e não está sujeito às limitações próprias dos seres criados.

Reconheço sua soberania absoluta sobre todas as coisas e afirmo que sua vontade é santa, justa e perfeita.

Creio que Deus é simultaneamente transcendente e imanente: infinitamente superior à criação e verdadeiramente presente nela, sustentando todas as coisas pelo poder de sua Palavra.

Afirmo que seus atributos não representam partes independentes de sua natureza, mas expressam as perfeições do único e indivisível ser divino.

Confesso que Deus deve ser conhecido conforme sua própria revelação, adorado segundo sua vontade e glorificado em todas as dimensões da existência humana.

Fundamentação bíblica: Êx 3.14; Dt 6.4; Sl 90.2; Sl 139.1–12; Is 6.1–3; Is 46.9–10; Mt 3.6; Tg 1.17.

ARTIGO III — DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Creio em um único Deus, eternamente existente em três pessoas distintas: Pai, Filho e Espírito Santo.

Confesso que as três pessoas possuem a mesma essência divina, a mesma eternidade, a mesma glória e a mesma majestade.

Reconheço que o Pai é Deus, o Filho é Deus e o Espírito Santo é Deus, sem que isso implique a existência de três deuses.

Creio que o Filho é eternamente gerado do Pai e que o Espírito Santo procede eternamente do Pai e do Filho, conforme a formulação trinitária ocidental que subscrevo.

Confesso que as três pessoas divinas são inseparáveis em sua essência e em suas obras exteriores, embora a revelação bíblica atribua operações pessoais distintas ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo.

Reconheço que a Trindade não resulta de uma construção filosófica autônoma, mas representa a formulação teológica daquilo que Deus revelou acerca de si mesmo nas Escrituras.

Fundamentação bíblica: Mt 3.16–17; Mt 28.19; Jo 1.1–3; Jo 14.16–17; Jo 15.26; At 5.3–4; 2Co 13.13.

ARTIGO IV — DOS DECRETOS DIVINOS E DA PROVIDÊNCIA

Creio que Deus, desde toda a eternidade, estabeleceu livremente e segundo o conselho de sua vontade tudo aquilo que acontece.

Reconheço que seus decretos são santos, sábios e imutáveis, não estando condicionados a acontecimentos imprevistos ou a qualquer necessidade externa ao próprio Deus.

Confesso, entretanto, que a soberania divina não transforma Deus em autor do pecado nem elimina a responsabilidade moral das criaturas.

Creio que Deus governa sua criação mediante sua providência, preservando, sustentando e dirigindo todas as coisas para a realização de seus propósitos eternos.

Reconheço que sua providência abrange tanto os grandes acontecimentos da história quanto as circunstâncias particulares da existência humana.

Afirmo que o governo soberano de Deus não dispensa o exercício da responsabilidade humana, mas estabelece o contexto no qual essa responsabilidade deve ser compreendida e exercida.

Fundamentação bíblica: Sl 33.10–11; Sl 115.3; Pv 16.9; Is 46.9–11; Rm 8.28; Ef 1.11; Tg 1.13–17.

ARTIGO V — DA CRIAÇÃO

Creio que Deus criou todas as coisas, visíveis e invisíveis, por sua livre vontade e para a manifestação de sua glória.

Confesso que a criação não constitui uma extensão necessária da essência divina, mas uma obra livre do Criador.

Reconheço que o universo possui existência real, distinta de Deus e permanentemente dependente de seu poder sustentador.

Creio que toda a criação originalmente procedeu de Deus como obra boa e ordenada.

Confesso que os seres humanos foram criados à imagem e semelhança de Deus, recebendo dignidade, responsabilidade moral e vocação para viver em comunhão com o Criador.

Reconheço que a criação deve ser estudada, administrada e preservada com responsabilidade, sem jamais ser confundida com o próprio Deus ou transformada em objeto de adoração.

Fundamentação bíblica: Gn 1–2; Sl 19.1; Sl 24.1; Jo 1.1–3; Cl 1.16–17; Hb 11.3.

ARTIGO VI — DOS ANJOS E DO MUNDO ESPIRITUAL

Creio que Deus criou os anjos como seres espirituais que servem à sua vontade e participam da execução de seus propósitos.

Reconheço a existência dos anjos fiéis e a realidade da rebelião de Satanás e dos anjos caídos.

Confesso que Satanás é uma criatura e, portanto, não possui atributos divinos nem autoridade independente do governo soberano de Deus.

Creio que Jesus Cristo triunfou decisivamente sobre os poderes das trevas mediante sua morte e ressurreição.

Reconheço que a vida cristã envolve uma dimensão de conflito espiritual, mas afirmo que a segurança dos cristãos está fundamentada na vitória de Cristo, na autoridade das Escrituras e na ação do Espírito Santo.

Fundamentação bíblica: Jó 1–2; Mt 4.1–11; Ef 6.10–18; Cl 2.15; Hb 1.14; Ap 12.7–12.

ARTIGO VII — DA HUMANIDADE E DA IMAGEM DE DEUS

Creio que Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança, conferindo-lhe dignidade intrínseca, racionalidade, responsabilidade moral e capacidade relacional.

Confesso que homens e mulheres possuem o mesmo valor ontológico diante de Deus e são igualmente responsáveis por viver para sua glória.

Reconheço que a dignidade humana não depende de condições econômicas, sociais, intelectuais, físicas, étnicas ou culturais.

Creio que o ser humano foi criado para viver em comunhão com Deus, relacionar-se responsavelmente com o próximo, desenvolver suas capacidades e administrar a criação.

Reconheço a unidade da pessoa humana, compreendendo suas dimensões materiais e imateriais como pertencentes à integralidade de sua existência.

Confesso que a finalidade última da existência humana não consiste na autonomia absoluta, mas no conhecimento de Deus, na obediência à sua vontade e na participação em sua glória.

Fundamentação bíblica: Gn 1.26–28; Gn 2.7; Sl 8.3–8; At 17.26–28; 1Co 10.31; Tg 3.9.

ARTIGO VIII — DA QUEDA E DO PECADO

Creio que nossos primeiros pais foram criados em retidão e santidade, mas transgrediram voluntariamente a ordem divina.

Confesso que, por meio da queda, o pecado e a morte entraram na experiência humana, comprometendo profundamente a natureza, a vontade, os afetos e as relações do ser humano.

Reconheço a doutrina do pecado original e afirmo que toda a humanidade, em sua condição natural, encontra-se sujeita à corrupção do pecado e necessita da graça redentora de Deus.

Entendo que a depravação total não significa que todos os seres humanos manifestem o máximo possível de perversidade, mas que a corrupção do pecado alcança todas as dimensões de sua natureza.

Creio que o ser humano continua responsável por seus atos, embora seja espiritualmente incapaz de produzir sua própria regeneração ou alcançar a salvação mediante seus méritos.

Confesso que somente a graça divina pode libertar o pecador de sua condição espiritual.

Fundamentação bíblica: Gn 3; Sl 51.5; Rm 3.9–23; Rm 5.12–21; Ef 2.1–3.

ARTIGO IX — DAS ALIANÇAS DIVINAS

Creio que Deus se relaciona com a humanidade mediante alianças e que a história da redenção manifesta progressivamente seu propósito eterno de salvar um povo para sua glória.

Reconheço a formulação reformada do pacto de obras estabelecido com Adão e do pacto da graça, mediante o qual Deus anuncia e realiza a redenção dos pecadores por intermédio de Jesus Cristo.

Confesso que a aliança da graça foi progressivamente revelada ao longo da história bíblica e encontra seu pleno cumprimento na pessoa e obra do Mediador.

Creio que as alianças estabelecidas com Noé, Abraão, Israel e Davi participam da revelação histórica dos propósitos divinos e devem ser compreendidas à luz de seu desenvolvimento nas Escrituras.

Reconheço Jesus Cristo como o Mediador da nova aliança e aquele em quem se cumprem as promessas redentivas de Deus.

Afirmo a unidade essencial do plano divino de salvação, sem desconsiderar as distinções existentes entre as diferentes administrações históricas da aliança.

Fundamentação bíblica: Gn 3.15; Gn 12.1–3; Gn 17.1–8; 2Sm 7.12–16; Jr 31.31–34; Lc 22.20; Gl 3.6–29; Hb 8–10.

ARTIGO X — DA PESSOA DE JESUS CRISTO

Creio que Jesus Cristo é o Filho eterno de Deus, a segunda pessoa da Santíssima Trindade, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.

Confesso sua concepção sobrenatural pelo Espírito Santo e seu nascimento da virgem Maria.

Reconheço que, na encarnação, o Filho de Deus assumiu verdadeira natureza humana, permanecendo plenamente divino.

Afirmo que Jesus Cristo possui duas naturezas, divina e humana, unidas inseparavelmente em uma única pessoa, sem confusão, alteração, divisão ou separação.

Creio que Jesus viveu em perfeita obediência ao Pai, cumpriu integralmente a lei divina e permaneceu absolutamente livre de pecado.

Confesso que somente aquele que é verdadeiro Deus e verdadeiro homem poderia realizar plenamente a mediação necessária à nossa reconciliação com Deus.

Fundamentação bíblica: Is 7.14; Mt 1.18–25; Lc 1.26–35; Jo 1.1–14; Fp 2.5–11; Cl 2.9; Hb 2.14–18; Hb 4.15.

ARTIGO XI — DA OBRA MEDIADORA DE JESUS CRISTO

Creio que Jesus Cristo foi eternamente designado por Deus como único Mediador entre Deus e os homens.

Reconheço que ele exerce os ofícios de Profeta, Sacerdote e Rei, revelando plenamente a vontade divina, realizando a expiação dos pecados e governando soberanamente seu povo.

Confesso que sua obediência perfeita e sua morte sacrificial constituem a base da nossa reconciliação com Deus.

Creio que, na cruz, Cristo ofereceu voluntariamente sua vida como sacrifício expiatório e substitutivo, satisfazendo a justiça divina e garantindo a redenção de seu povo.

Afirmo que seu sacrifício foi perfeito, único e suficiente, não necessitando de repetição ou complementação mediante obras humanas.

Creio que Jesus Cristo ressuscitou corporalmente ao terceiro dia, ascendeu aos céus e está assentado à direita do Pai.

Reconheço que ele permanece como nosso eterno Sumo Sacerdote e intercessor e que governa sua Igreja até a consumação de todas as coisas.

Fundamentação bíblica: Is 53; Mc 10.45; Jo 10.11–18; Rm 3.21–26; 1Co 15.3–8; 2Co 5.21; Hb 7.23–28; Hb 9.11–28.

ARTIGO XII — DA ELEIÇÃO E DA GRAÇA SALVADORA

Creio que Deus, antes da fundação do mundo, escolheu em Cristo aqueles que seriam alcançados por sua graça salvadora.

Confesso que essa eleição é incondicional, não estando fundamentada na previsão de méritos, decisões ou obras humanas.

Reconheço que a salvação procede integralmente da misericórdia divina e que nenhum pecador possui, em si mesmo, qualquer mérito capaz de produzir sua reconciliação com Deus.

Creio que a morte de Cristo possui valor e suficiência infinitos e que, segundo o propósito salvífico de Deus, garante eficazmente a redenção dos eleitos.

Afirmo que o Evangelho deve ser anunciado indistintamente a todas as pessoas, mediante o chamado sincero ao arrependimento e à fé.

Reconheço que a doutrina da eleição não elimina a responsabilidade humana, a necessidade da evangelização ou a obrigatoriedade da pregação.

Confesso que a eleição constitui motivo de gratidão, humildade e adoração, jamais fundamento legítimo para arrogância espiritual.

Fundamentação bíblica: Jo 6.37–44; Jo 10.11–29; Rm 8.28–30; Rm 9.10–24; Ef 1.3–14; Ef 2.8–10; 2Tm 1.9.

ARTIGO XIII — DA VOCAÇÃO EFICAZ, DA REGENERAÇÃO E DA CONVERSÃO

Creio que o Espírito Santo aplica eficazmente a obra redentora de Jesus Cristo àqueles que o Pai escolheu para a salvação.

Reconheço que, mediante a vocação eficaz, Deus ilumina o entendimento, renova à vontade e concede ao pecador a capacidade espiritual de responder ao Evangelho.

Confesso que a regeneração é uma obra soberana do Espírito Santo e não o resultado de um esforço humano autônomo.

Creio que a verdadeira conversão envolve arrependimento dos pecados e fé pessoal em Jesus Cristo.

Reconheço que o arrependimento e a fé são respostas humanas reais e responsáveis, produzidas mediante a operação graciosa de Deus.

Afirmo que a conversão verdadeira deve manifestar-se progressivamente em uma vida de obediência, santificação e transformação moral.

Fundamentação bíblica: Jo 3.3–8; Jo 6.44; At 11.18; At 16.14; Ef 2.1–10; Tt 3.4–7.

ARTIGO XIV — DA JUSTIFICAÇÃO E DA ADOÇÃO

Creio que a justificação constitui um ato judicial e gracioso de Deus, mediante o qual ele perdoa os pecados e declara justos aqueles que estão unidos a Jesus Cristo pela fé.

Confesso que a justificação não se fundamenta em uma justiça inerente ao pecador, mas na justiça perfeita de Jesus Cristo, que lhe é imputada.

Reconheço que somos justificados exclusivamente pela graça, mediante a fé, independentemente dos méritos ou das obras humanas.

Afirmo que a fé constitui o instrumento mediante o qual recebemos a justiça de Cristo, não sendo, ela própria, uma obra meritória.

Creio que aqueles que foram justificados também recebem, pela graça, o privilégio da adoção, tornando-se filhos de Deus e herdeiros de suas promessas.

Reconheço que a adoção estabelece uma relação verdadeira de comunhão entre Deus e seus filhos, fundamentada na mediação de Jesus Cristo e confirmada pelo testemunho do Espírito Santo.

Fundamentação bíblica: Rm 3.21–28; Rm 4.1–8; Rm 5.1–11; Rm 8.14–17; Gl 3.24–29; Ef 1.5; Fp 3.8–9.

ARTIGO XV — DA SANTIFICAÇÃO, DA PERSEVERANÇA E DA GLORIFICAÇÃO

Creio que todos aqueles que foram verdadeiramente regenerados são progressivamente santificados pelo Espírito Santo.

Confesso que a santificação compreende a mortificação do pecado e o desenvolvimento de uma vida caracterizada pela obediência à Palavra de Deus.

Reconheço que o cristão permanece em conflito com o pecado durante sua existência terrena, sendo continuamente chamado ao arrependimento, à vigilância e à perseverança.

Creio que as boas obras são consequências necessárias da verdadeira fé, mas nunca constituem fundamento meritório da justificação.

Confesso a perseverança dos santos e reconheço que aqueles que foram verdadeiramente unidos a Cristo serão preservados pela graça divina até a consumação da salvação.

Entendo que essa segurança não autoriza a negligência espiritual nem a prática deliberada do pecado, mas estimula a gratidão, a santidade e a fidelidade cristã.

Creio que a salvação será plenamente consumada na glorificação, quando os redimidos serão definitivamente libertos da presença do pecado e conformados à imagem de Jesus Cristo.

Fundamentação bíblica: Jo 10.27–30; Rm 6.1–23; Rm 8.28–39; Gl 5.16–26; Fp 1.6; Fp 2.12–13; 1Jo 3.1–3.

ARTIGO XVI — DA PESSOA E DA OBRA DO ESPÍRITO SANTO

Creio que o Espírito Santo é a terceira pessoa da Santíssima Trindade, verdadeiro e eterno Deus, consubstancial ao Pai e ao Filho.

Confesso que o Espírito Santo participou da criação, inspirou as Escrituras e atua eficazmente na aplicação da obra redentora de Jesus Cristo.

Reconheço que ele convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo, regenera os eleitos, concede a fé, santifica os cristãos e os preserva na comunhão com Deus.

Creio que o Espírito Santo habita permanentemente naqueles que pertencem a Jesus Cristo e os capacita para a vida cristã e para o serviço na Igreja.

Reconheço a diversidade dos dons espirituais concedidos pelo Espírito Santo para a edificação do corpo de Cristo.

Afirmo que o exercício de qualquer dom espiritual deve permanecer subordinado às Escrituras, orientado pelo amor e comprometido com a edificação da Igreja.

Confesso que nenhuma experiência espiritual possui autoridade independente da revelação bíblica e que toda manifestação deve ser examinada segundo os ensinamentos das Escrituras.

Fundamentação bíblica: Jo 14.16–26; Jo 16.7–15; At 1.8; Rm 8.1–27; 1Co 12–14; Gl 5.16–26; Ef 1.13–14.

ARTIGO XVII — DA IGREJA DE JESUS CRISTO

Creio que a Igreja é o povo de Deus, o corpo de Cristo e o templo do Espírito Santo, constituído por aqueles que pertencem a Jesus Cristo.

Reconheço a distinção teológica entre a Igreja invisível, compreendida como a totalidade dos verdadeiros eleitos de Deus, e a Igreja visível, constituída pelas comunidades que professam a fé cristã.

Confesso que Jesus Cristo é o único Cabeça da Igreja e que sua autoridade deve ser reconhecida em todas as dimensões da vida eclesiástica.

Creio que a Igreja possui a responsabilidade de glorificar a Deus mediante a adoração, a pregação, a administração dos sacramentos, a comunhão dos santos, o discipulado, a disciplina e a missão.

Reconheço que a Igreja é una em Cristo e que sua unidade espiritual deve encontrar expressão concreta nas relações entre os cristãos.

Afirmo que nenhuma comunidade local, denominação ou tradição eclesiástica pode reivindicar para si a totalidade exclusiva da Igreja universal.

Fundamentação bíblica: Mt 16.13–20; At 2.42–47; 1Co 12.12–27; Ef 1.22–23; Ef 2.19–22; Ef 4.1–16; Cl 1.18.

ARTIGO XVIII — DO MINISTÉRIO E DO GOVERNO DA IGREJA

Creio que Jesus Cristo concedeu à sua Igreja ministérios e oficiais destinados à pregação da Palavra, à administração dos sacramentos, ao cuidado pastoral e à edificação dos santos.

Reconheço a necessidade de liderança espiritualmente qualificada, legitimamente estabelecida, doutrinariamente responsável e submetida às Escrituras.

Adoto o governo presbiteriano como minha convicção pessoal, por reconhecer na pluralidade de presbíteros e na responsabilidade colegiada uma expressão consistente da organização eclesiástica neotestamentária.

Entretanto, reconheço que as tradições congregacional e episcopal apresentam interpretações bíblicas que devem ser examinadas com seriedade.

Não considero a adoção exclusiva do modelo presbiteriano condição indispensável para o reconhecimento da verdadeira Igreja.

Reconheço igualmente a necessidade da disciplina eclesiástica, exercida de maneira bíblica, responsável, proporcional, imparcial e orientada à restauração do pecador, à preservação da Igreja e à glória de Deus.

Confesso que o exercício da autoridade ministerial deve refletir a liderança servidora de Jesus Cristo e jamais ser transformado em instrumento de domínio pessoal, manipulação ou opressão.

Fundamentação bíblica: Mt 18.15–20; Mt 20.25–28; At 14.23; At 15.1–29; At 20.17–28; 1Tm 3.1–13; Tt 1.5–9; 1Pe 5.1–4.

ARTIGO XIX — DO BATISMO

Creio que o batismo é um sacramento instituído por Jesus Cristo e confiado à sua Igreja.

Reconheço nele um sinal e selo da aliança da graça, da união com Cristo, da purificação dos pecados e da incorporação à comunidade visível da fé.

Confesso que o batismo deve ser administrado com água, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, conforme a instituição do Senhor Jesus Cristo.

Reconheço como legítimas as modalidades de imersão, efusão e aspersão, compreendendo que a validade do sacramento não depende da quantidade de água utilizada.

Subscribo a compreensão pactual da tradição reformada referente ao batismo dos filhos dos crentes, reconhecendo que a administração do sinal sacramental não constitui garantia automática de regeneração ou salvação.

Afirmo igualmente a administração do batismo aos convertidos que ainda não receberam o sacramento cristão.

Reconheço que a eficácia espiritual do batismo procede da ação soberana do Espírito Santo e não de qualquer propriedade intrínseca da água ou de uma operação automática do rito.

Confesso a natureza singular do batismo cristão, não reconhecendo a necessidade de repetir um batismo anteriormente recebido de maneira válida.

Fundamentação bíblica: Mt 28.18–20; At 2.38–39; At 8.36–39; Rm 6.3–4; 1Co 12.13; Gl 3.27; Cl 2.11–12; Tt 3.5.

ARTIGO XX — DA CEIA DO SENHOR

Creio que a Ceia do Senhor foi instituída por Jesus Cristo como sacramento da nova aliança e deve ser celebrada pela Igreja até sua segunda vinda.

Confesso a presença real e espiritual de Jesus Cristo na Ceia, reconhecendo que os cristãos participam verdadeiramente de Cristo mediante a operação do Espírito Santo e pela fé.

Rejeito a compreensão de que os elementos sejam fisicamente transformados no corpo e no sangue de Cristo.

Entretanto, não reduzo a Ceia a uma simples recordação intelectual ou cerimônia exclusivamente simbólica.

Reconheço que ela constitui um meio de graça, mediante o qual os cristãos são espiritualmente fortalecidos e confirmados nas promessas da nova aliança.

Afirmo que sua celebração deve anunciar a morte de Cristo, fortalecer a comunhão dos santos, estimular o autoexame e proclamar a esperança de sua segunda vinda.

Fundamentação bíblica: Mt 26.26–29; Lc 22.14–20; 1Co 10.16–17; 1Co 11.23–29.

ARTIGO XXI — DO CULTO, DA ORAÇÃO E DA VIDA DEVOCIONAL

Creio que Deus é o único objeto legítimo da adoração cristã e que o culto deve ser dirigido ao Pai, mediante Jesus Cristo, no poder do Espírito Santo.

Reconheço que as Escrituras devem governar os elementos essenciais da adoração pública e que a Igreja possui a responsabilidade de preservar a reverência, a inteligibilidade e a edificação espiritual de suas reuniões.

Confesso a centralidade da leitura e da pregação fiel das Escrituras, da oração, dos cânticos espirituais e da administração dos sacramentos.

Reconheço a importância do Dia do Senhor para o culto comunitário, o descanso, a comunhão e as obras de necessidade e misericórdia.

Creio que a oração constitui um privilégio concedido aos filhos de Deus, mediante o qual expressamos adoração, confissão, gratidão, intercessão e dependência da providência divina.

Afirmo que a vida devocional não deve ser limitada ao culto público, mas deve caracterizar a existência cotidiana daqueles que pertencem a Jesus Cristo.

Fundamentação bíblica: Mt 6.5–13; Jo 4.23–24; At 2.42; 1Co 14.26–40; Ef 5.18–20; Cl 3.16–17; Hb 10.24–25.

ARTIGO XXII — DA LEI MORAL E DA VIDA CRISTÃ

Creio que a lei moral de Deus expressa sua santidade e revela os princípios fundamentais da responsabilidade humana.

Reconheço que nenhum ser humano pode alcançar a justificação mediante a obediência à lei.

Entretanto, confesso que a lei moral permanece relevante para a orientação da vida cristã, devendo ser compreendida à luz de sua realização em Jesus Cristo e da revelação do Novo Testamento.

Afirmo que a verdadeira obediência cristã procede da gratidão pela salvação e da operação santificadora do Espírito Santo.

Reconheço a responsabilidade de amar a Deus acima de todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos.

Confesso que a vida cristã deve ser caracterizada pela verdade, pela integridade, pela justiça, pela misericórdia, pela fidelidade, pelo domínio próprio e pelo exercício responsável da liberdade.

Entendo que o desenvolvimento das capacidades humanas, o exercício da disciplina pessoal e o cumprimento das responsabilidades individuais devem ocorrer sob o governo soberano de Deus, sem substituir a dependência de sua graça.

Fundamentação bíblica: Êx 20.1–17; Mt 5–7; Mt 22.34–40; Rm 12.1–2; Rm 13.8–10; Gl 5.13–26; Tg 1.22–27.

ARTIGO XXIII — DA FAMÍLIA, DO CASAMENTO E DA SEXUALIDADE

Creio que Deus instituiu o casamento como união pactual entre um homem e uma mulher, caracterizada pelo compromisso, pela fidelidade, pelo amor e pela responsabilidade mútua.

Reconheço que homens e mulheres possuem igual dignidade e valor diante de Deus, embora entenda que as Escrituras estabelecem responsabilidades complementares no contexto familiar e eclesial.

Confesso que a liderança cristã no casamento deve refletir o amor sacrificial de Jesus Cristo e que nenhuma autoridade familiar pode justificar violência, coerção, humilhação ou abuso.

Reconheço a família como ambiente de cuidado, educação, proteção, transmissão da fé e desenvolvimento de responsabilidades.

Creio que a sexualidade humana deve ser vivida segundo os princípios da ética cristã, reconhecendo a fidelidade matrimonial e a castidade como expressões de obediência a Deus.

Afirmo que toda pessoa possui dignidade inerente e deve ser tratada com respeito, independentemente de sua condição, experiência ou concordância com minhas convicções religiosas.

Confesso que a Igreja possui a responsabilidade de anunciar suas convicções éticas com fidelidade bíblica, acompanhada de amor, misericórdia e respeito à dignidade humana.

Fundamentação bíblica: Gn 1.26–28; Gn 2.18–25; Mt 19.3–12; 1Co 6.12–20; Ef 5.21–33; Cl 3.18–21; 1Pe 3.1–7.

ARTIGO XXIV — DA UNIDADE, DA RECONCILIAÇÃO E DA JUSTIÇA

Creio que Deus está reunindo em Jesus Cristo um povo proveniente de todas as nações, povos, tribos e línguas.

Reconheço que a obra redentora de Cristo reconcilia os pecadores com Deus e estabelece uma nova comunidade caracterizada pela comunhão dos santos.

Confesso que a Igreja possui a responsabilidade de manifestar essa unidade mediante relações de amor, solidariedade, misericórdia e justiça.

Rejeito a utilização de diferenças étnicas, raciais, sociais ou econômicas como justificativa para a negação da dignidade humana ou para a exclusão discriminatória de pessoas da comunhão cristã.

Reconheço a importância de cuidar dos necessitados, defender os vulneráveis, praticar a hospitalidade e promover a reconciliação.

Entendo que a missão espiritual da Igreja não exclui suas responsabilidades éticas e sociais, embora estas devam permanecer orientadas pelo Evangelho e subordinadas às Escrituras.

Fundamentação bíblica: Is 1.16–17; Mq 6.8; Mt 25.31–46; Lc 10.25–37; Ef 2.11–22; Gl 3.26–29; Tg 2.1–17.

ARTIGO XXV — DA MISSÃO DA IGREJA E DA EVANGELIZAÇÃO

Creio que Jesus Cristo confiou à sua Igreja a responsabilidade de anunciar o Evangelho a todas as nações e fazer discípulos mediante a pregação, o batismo e o ensino de seus mandamentos.

Reconheço que a evangelização deve proclamar a condição pecaminosa da humanidade, a pessoa e a obra redentora de Jesus Cristo e o chamado ao arrependimento e à fé.

Confesso que somente Jesus Cristo constitui o fundamento da salvação e que a Igreja possui a responsabilidade de testemunhar essa verdade com fidelidade e amor.

Reconheço a necessidade da formação teológica, do discipulado, do cuidado pastoral e da preparação de novos líderes para o desenvolvimento da missão cristã.

Afirmo que a missão da Igreja também deve produzir consequências éticas visíveis, mediante o amor ao próximo, a prática da misericórdia e o compromisso com a verdade.

Creio que a expansão do Evangelho depende da ação soberana do Espírito Santo, que utiliza a pregação da Palavra como instrumento ordinário para a convocação dos pecadores à salvação.

Fundamentação bíblica: Mt 28.18–20; Mc 16.15; Lc 24.44–49; Jo 20.21; At 1.8; Rm 10.13–17; 2Tm 4.1–5.

ARTIGO XXVI — DA MORTE, DA RESSURREIÇÃO E DO ESTADO INTERMEDIÁRIO

Creio que a morte física constitui uma consequência da entrada do pecado na experiência humana e que todos os seres humanos estão sujeitos à morte, salvo aqueles que estiverem vivos por ocasião do retorno de Jesus Cristo.

Confesso que a existência humana não termina com a morte física.

Reconheço que aqueles que pertencem a Cristo entram em sua presença após a morte, aguardando a consumação da redenção mediante a ressurreição corporal.

Creio que a salvação cristã não consiste na libertação definitiva da existência corporal, mas na redenção integral da pessoa humana.

Confesso que Jesus Cristo venceu a morte mediante sua ressurreição e que, por sua vitória, todos os que lhe pertencem receberão a plenitude da vida eterna.

Fundamentação bíblica: Jo 11.25–26; 1Co 15.12–58; 2Co 5.1–10; Fp 1.21–23; 1Ts 4.13–18.

ARTIGO XXVII — DA SEGUNDA VINDA DE CRISTO E DO JUÍZO FINAL

Creio que Jesus Cristo retornará pessoalmente, corporalmente, visivelmente e em glória para consumir o Reino de Deus.

Confesso que sua segunda vinda constitui a esperança escatológica da Igreja e a manifestação definitiva de sua vitória sobre o pecado, a morte e todos os seus inimigos.

Reconheço que as Escrituras não autorizam a determinação de datas para esse acontecimento, razão pela qual a expectativa cristã deve ser caracterizada pela vigilância, pela perseverança e pela fidelidade.

Creio na ressurreição corporal dos mortos e no juízo final, mediante o qual Deus manifestará plenamente sua justiça.

Confesso que Jesus Cristo exercerá o juízo sobre toda a humanidade e que a salvação eterna pertence àqueles que foram redimidos por sua graça.

Reconheço a realidade do juízo divino e da condenação final, bem como a promessa da vida eterna para todos os que pertencem a Cristo.

Fundamentação bíblica: Mt 24–25; Jo 5.24–29; At 1.9–11; At 17.30–31; 1Co 15.20–28; 1Ts 4.13–18; Ap 20.11–15.

ARTIGO XXVIII — DOS NOVOS CÉUS E DA NOVA TERRA

Creio que Deus consumará seu propósito eterno mediante a plena manifestação do Reino de Jesus Cristo.

Reconheço que a esperança cristã não se limita à continuidade da existência espiritual após a morte, mas compreende a ressurreição corporal e a renovação da criação.

Confesso que Deus estabelecerá novos céus e nova terra, nos quais habitará a justiça.

Creio que os redimidos viverão eternamente na presença de Deus, libertos definitivamente do pecado, da morte, do sofrimento e de todas as consequências da queda.

Reconheço que a consumação escatológica manifestará plenamente a glória de Deus e a vitória definitiva de Jesus Cristo.

Afirmo que a esperança futura deve orientar a fidelidade presente, estimulando a santidade, a perseverança, o trabalho responsável e o serviço cristão.

Fundamentação bíblica: Rm 8.18–25; 1Co 15.50–58; 2Pe 3.10–13; Ap 21–22.

DECLARAÇÃO SOLENE E CONCLUSÃO

Confesso publicamente minha fé no único Deus vivo e verdadeiro, Pai, Filho e Espírito Santo, a quem pertencem toda autoridade, poder, honra e glória.

Reconheço as Sagradas Escrituras como sua Palavra inspirada, infalível e suficiente, constituindo a única regra suprema de minha fé e prática.

Confesso Jesus Cristo como meu único Senhor e Salvador, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, que viveu em perfeita obediência, morreu sacrificialmente pelos pecados, ressuscitou corporalmente, ascendeu aos céus e retornará em glória.

Reconheço que minha salvação não procede de meus méritos, de minha vontade autônoma ou de minhas obras, mas exclusivamente da graça soberana de Deus, mediante a obra redentora de Jesus Cristo e a operação eficaz do Espírito Santo.

Afirmo minha identificação com a fé cristã histórica e com a tradição teológica reformada, reconhecendo que toda formulação confessional deve permanecer subordinada à autoridade das Escrituras.

Comprometo-me a anunciar o Evangelho, ensinar fielmente a Palavra de Deus, preservar a sã doutrina, exercer o ministério pastoral com integridade e servir à Igreja de Jesus Cristo.

Reconheço que o conhecimento teológico não constitui um fim em si mesmo, mas deve conduzir à adoração, à santidade, à humildade, ao amor e à obediência.

Confesso que minha vida e meu ministério pertencem ao Senhor Jesus Cristo, que me chamou para proclamar sua Palavra e servir ao seu povo.

Aguardo a bendita esperança de sua manifestação gloriosa, quando todas as coisas serão plenamente submetidas ao seu senhorio.

A Deus Pai, por meio de Jesus Cristo, na comunhão do Espírito Santo, sejam dadas toda honra e toda glória, agora e eternamente.

Soli Deo Gloria.

Rev. Daniel Alessandro Alves Basso